



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais
Município de Tomar

ACTA Nº 21 AF

Handwritten signature: Helena
Handwritten signature: João Leonardo Domingues Martins

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco pelas vinte e uma horas, no edifício sito na Rua Alexandre Herculano, n.º20, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão ordinária com a ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória.

Presidiu à sessão a Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelos membros da Mesa 1º Secretário António Francisco Tavares Martins e 2ª Secretária Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes os membros da Assembleia de Freguesia, com as justificações apresentadas e substituições solicitadas de acordo com a lista eleita. Verificou-se ainda, a presença dos membros de Junta de Freguesia, com a exceção da vogal Joana Nunes que apresentou justificação.

Pelo Partido CHEGA – Américo José Gomes Assunção.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação “Tomar Queremos Responder” – João Leonardo Domingues Martins.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, José António Fernandes Ferreira, António Joaquim Lopes Ferreirinha, Cristina Alexandra Duarte Brito Alves e Joaquim Dias Palricas.

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, Cristina Maria Ferreira, registou-se a falta do vogal João Miguel Marques Jesuíno que justificou a falta por motivos profissionais.

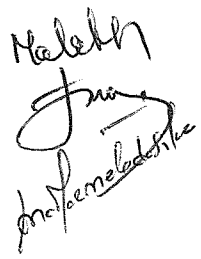
Aberta a sessão, a presidente da Mesa saudou todos os presentes e questionou se alguém queria usar da palavra no período de intervenção do público, mas ninguém se inscreveu.

Entrou-se assim no **PAOD – Período Antes da Ordem do Dia.**

Américo Assunção (CH) referiu ter colocado duas questões na reunião anterior que considerou não terem sido respondidas: quando é que o programa GESAutarquia entra em funcionamento e a situação do corte das ervas, sobre a qual o Presidente da Junta se desculpou com as condições climáticas excepcionais e ironizou com a eventual compra de um rebanho de ovelhas.

O Presidente da Junta respondeu que o programa GESAutarquia está em funcionamento embora existam questões técnicas que Junta não pode ultrapassar. Sobre o corte das ervas disse que tem sido feito o possível, estando a área de S. João um pouco mais beneficiada do que Santa Maria porque se tem dado prioridade ao corte de relva, que por sua vez tem exigido uma cadência de intervenções muito mais frequente do que é habitual.

Alexandre Horta (PSD) considerou que a responsabilidade quanto ao GESAutarquia em última instância é sempre do Presidente, apesar de não lhe competir resolver as questões técnicas.



José Ferreira (PSD) questionou o motivo para esta reunião ter sido convocada para o edifício de S. João e afirmou ter procurado consultar a gravação da sessão de 28 de Janeiro mas concluiu que tal gravação não existia, tal com o não existem gravações de várias outras reuniões, sendo-lhe respondido pela Presidente da Mesa que as gravações das sessões foram todas feitas, desconhecendo os motivos por que não estão bem e que a reunião se realiza neste local para variar, tal como tem acontecido noutros locais bem agradáveis onde também já foram realizadas sessões descentralizadas.

João Martins (CDS) lamentou que esta assembleia não tenha sido publicitada, por exemplo no Facebook, afirmou que existe atraso na publicação das actas do executivo desde Março e questionou qual o ponto da situação do voto da Tesoureira. Perguntou ainda o que se passa com a aplicação GesIncidente e com o Boletim Informativo, de que só existem 3 números, datando o último de Março de 2021.

Celeste Sousa (PS) respondeu que a convocatória está no site da autarquia e foi afixada nos lugares habituais. Disse ainda que a declaração de voto da Tesoureira foi enviada ao grupo do PSD, que tinha solicitado esta informação.

Alexandre Horta (PSD) considerou que a presidente da Mesa se estava a escusar da responsabilidade pelas gravações, sendo a responsabilidade tanto do presidente da junta como da presidente da assembleia, sendo importante para memória futura que fique o registo das gravações.

Américo Assunção (CH) afirmou que a informação sobre a acta do executivo deveria ser divulgada a todos os membros da assembleia, sugerindo que o vogal José Ferreira (PSD) lesse a informação recebida pelo PSD.

Perante a anuência tácita da assembleia, José Ferreira (PSD) leu então a dita informação recebida da Junta e concluiu que apesar de ter havido insistência no envio da declaração de voto se concluiu não existir declaração de voto propriamente dita.

João Martins (CDS) acrescentou não haver motivo para que a declaração de voto não seja pública.

Dada então a palavra à Tesoureira Sara Costa (PS) sobre o assunto, esta disse já ter esclarecido os motivos do seu voto de abstenção na matéria de aumento das técnicas ou seja, não foi por discordar do aumento mas pelo facto de não terem sido aumentadas todas as técnicas. Por isso acrescentou não ver motivo para tanto alvoroço, uma vez que foi explicado o motivo da abstenção mas não houve propriamente declaração de voto escrita.

Quanto às transmissões on-line recordou que foi inscrita uma verba no orçamento para o efeito, mas perante as propostas recebidas, de valor considerado algo excessivo, fora decidido para já não as contratar, até para não comprometer o futuro executivo com encargos que excederiam o actual mandato. Por outro lado também não apoiaria uma solução experimental, amadorística, ainda que mais barata, como chegou a ser aqui sugerido.

Alexandre Horta (PSD) insistiu que a sua bancada se vem batendo há quatro anos pelas transmissões mas feitas com seriedade, não admitindo também soluções de improviso.

João Martins (CDS) considerou que perante as explicações da Tesoureira ficamos sem saber se a motivação que aqui deu ficou ou não registada. Renovou os pedidos de esclarecimento sobre o Boletim e sobre a publicação das actas no site.

Augusto Barros (PS) afirmou que não há informação nenhuma que os membros da assembleia não possam consultar.

Américo Assunção (CH) considerou não terem sido cabalmente respondidas as questões suscitadas sobre GESAutarquia, GesIncidentes, gravações, publicação das convocatórias no Facebook, limpeza numa parte da freguesia e não noutra. Por fim, dirindo-se ao executivo questionou o que é que afinal tinha andado a fazer ao longo de quatro anos.

Rui Bugalhão (PS) pediu a palavra para dizer que o executivo já tinha respondido a todas as vossas questões e que com tudo isto já perdemos uma hora, sem avançar no debate do que é importante.

Joaquim Palricas (PSD) retorquiu afirmando que as questões que colocámos são importantes e não as vossas questões. Acrescentou que em relação ao Regulamento do Serviço Social, cuja autoria o Presidente da Junta atribuiu a uma comissão de que o orador fazia parte, a verdade é que tal comissão é presidida pelo Presidente da Junta, sendo este portanto o primeiro responsável pelo seu trabalho.

Américo Assunção (CH) disse ainda que a questão das actas fora levantada pelo vogal João Martins mas só em relação às do executivo, ignorando como foram para aqui chamadas as da assembleia. Afirmou ainda que em momento algum dissera que o executivo não fez nada.

Passou-se ao Ponto um - Análise, Discussão e Votação da Ata da última sessão.

Américo Assunção (CH) reclamou da falta de menção da sua presença e intervenção no introito da acta e indicou algumas gralhas de escrita, que detectara e que foram de imediato reconhecidas.

João Martins (CDS) reclamou pelo facto de a Mesa não ter respondido ao email enviado pela sua antecessora sobre a eleição do vogal da Junta.

Submetida a votação, foi aprovada por unanimidade dos habilitados.

Ponto dois – Análise, Discussão e Votação da Adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competência entre o Município de Tomar e a União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais – “Limpeza Urbana e Espaços verdes”.

João Martins (CDS) observou que o documento recebido não está assinado, sendo-lhe respondido pela Presidente da Mesa que se tratou de um lapso.

Joaquim Palricas (PSD) salientou que já tinham chamado a atenção para a exiguidade dos valores previstos, quer da dotação de pessoal quer das verbas, afirmando ainda que a formação do pessoal é importante. E questionou se a máquina de lavar passeios que estava em experiência tinha sido adquirida.

Augusto Barros (PS) respondeu que há sempre dificuldade com a mão-de-obra disponível, havendo quase sempre baixas e dificuldades de recrutamento, exemplificando que ainda hoje estavam agendadas seis entrevistas com pessoal do Centro de Emprego, só apareceram três e só um deles foi selecionado.

Informou que a máquina foi adquirida mas só serve para zonas lisas pois necessita de filtros e bloqueia quando entra em pisos irregulares.

Melhor
Fuz
Prof. Almeida
Alexandre Horta (PSD) declarou que a sua bancada vai votar a favor. Todavia não considera que haja um aumento de verbas mas sim uma correcção para inclusão dos meses que estavam em falta.

Celeste Sousa (PS) alvitrou que nas próximas negociações se deve procurar que a Câmara aumente o valor a transferir para a Junta.

Américo Assunção (CH) opinou que se trata de um caso de má gestão e subserviência à Câmara, pois a Junta orçamentou 180.000 euros e a Câmara aprovou a transferência de 150.000 e vem corrigir o erro com uma adenda. Considerou que não há planeamento mas sim jeitinhos e favorzinhos de gabinete.

Sara Costa (PS) esclareceu que tínhamos que orçamentar 180.000 euros com base nos custos de 2024 ou seja 15.000 euros mensais vezes 12 meses ao passo que a Câmara aprovou o valor de 150.000 euros tendo em conta o valor do contrato de 2024 que se reportava a apenas 10 meses – Março a Dezembro.

Augusto Barros (PS) acrescentou que se deslocara à Câmara acompanhado do secretário para resolver o assunto, chamando a atenção do Presidente para o erro cometido, tendo este corrigido o erro precisamente com esta adenda.

Submetida a votação foi a adenda aprovada por unanimidade.

Ponto três - Apreciação e Discussão da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

Joaquim Palricas (PSD) chamou a atenção para um erro no período temporal indicado no início do documento, disse que a execução está dentro do que seria previsível e questionou para que serviu a reunião sobre o PDM posto que o documento afirma que ela nada trouxe de relevante para a freguesia e concelho. Perguntou ainda quanto custou à freguesia a contratação de uma empresa para a Junt'Anima.

Augusto Barros (PS) esclareceu que não faz parte da comissão de acompanhamento do PDM. Informou ter levado um mapa no qual manifestava discordância quando à classificação de certos espaços e que tem conhecimento de algumas reclamações de particulares que foram atendidas.

Relativamente à Junt'Anima disse que perante a saída de uma técnica tínhamos de garantir a continuidade do projecto, não sendo possível indicar com todo o rigor os custos desta contratação mas que deverá rondar os 8.000 euros, já que grande parte da actividade continua a ser assegurada pelo pessoal da Junta.

José Ferreira (PSD) salientou o facto de contra o que é habitual virem referidos os nomes das técnicas e questionou qual o papel da Junta relativamente ao apagão, sendo-lhe de imediato respondido pelo Presidente da Junta que temos de nos submeter à instruções de protecção civil, não sendo a Junta que decide o que fazer. Acrescentou que nós estamos preparados para situações de emergência, o mesmo não se podendo dizer por exemplo de algumas escolas.

Rui Bugalhão (PS) recomendou que se aconselhem as instituições a dotarem-se de geradores.

João Martins (CDS) afirmou discordar do que disse o Presidente em relação às escolas. Também questionou se é por lapso que consta a reunião com duas vereadoras diferentes sobre o mercado da estrelinha e por que razão só participaram duas associações no arraial de S. João;

por que escolas e instituições foram distribuídos balões; e se foi consultada alguma outra empresa para organizar a Junt'Anima.

Sara Costa (PS) respondeu que os dois parceiros do arraial vêm da génese do projecto porque só estas duas associações se mostraram disponíveis, tanto na 1ª, como na 2ª como na 3ª edição.

Explicou que as reuniões com cada uma das vereadoras foram para tratar de assuntos diferentes. Disse também que os balões foram distribuídos às mesmas escolas e instituições que nas edições anteriores e que a empresa contratada para a Junt'Anima era a que tinha experiência e estava disponível no mercado.

João Martins (CDS) perguntou ainda se o abono para falhas era pago a todas as funcionárias e qual o critério; Afirmou que as verbas para alimentação – refeições confeccionadas teriam de ser reforçadas; perguntou ainda a que despesas se destina a rubrica de projectos, estudos e consultadoria; por que razão os gastos com acção social vão só em 4% do orçamentado; e o que contém a rubrica de 57.000 euros em Iniciativas da Freguesia. Por último perguntou se da rubrica abrigos de passageiros nada foi utilizado

Sara Costa (PS) esclareceu que o abono para falhas é regulado por Lei destinando-se apenas a quem mexe com dinheiro; que a rubrica alimentos destina-se à aquisição do que não é confeccionado, nas situações em que não há disponibilidade de bens doados por parceiros; que a rubrica de pareceres destina-se ao pagamento, por exemplo, de representações em tribunal; que o facto de só termos gasto 4% resulta da boa gestão que fazemos com os parceiros; e que a rubrica Iniciativas se destina por exemplo a custos imprevistos decorrentes de situações de catástrofe ou anormais, como foi o caso recente do apagão.

Ponto quatro - Outros assuntos

José Ferreira (PSD) alegou já terem passado 157 dias, na contagem que efectuou, desde que foi deliberada a realização de uma auditoria e que, face às informações recebidas da Junta o assunto parece continuar com grande morosidade, solicitando esclarecimentos à Mesa.

A presidente da Mesa endossou a questão ao 1º secretário António Martins (PS) que no uso da palavra historiou os procedimentos adoptados por esta e também pela Junta, renovando a informação já prestada na sessão anterior até ao momento em que foi contactada a IGF - Inspeção Geral de Finanças., de quem se tem estado a aguardar resposta. Acrescentou que por contacto estabelecido com que a IGF há cerca de 15 dias aquela entidade informou que o assunto se encontrava em análise.

Disse ainda que a Mesa, tendo sido mandatada pelo plenário para dar seguimento ao assunto notificou inicialmente a Junta para identificar e solicitar propostas de orçamento a 3 entidades privadas que pudessem realizar a auditoria, mas antes de o fazer e compreensivelmente do ponto de vista da Mesa, a Junta contactou a ANAFRE e a DGAL para pedir orientações, tendo recebido da Anafre o esclarecimento de que teria que ser realizada uma vistoria em matéria financeira e outra em matéria processual/administrativa e tendo recebido da DGAL a informação de que a IGF seria a entidade adequada para realizar um inquérito ou sindicância, neste caso a toda a matéria da auditoria. Sendo assim, a Mesa tem considerado prudente que se continue a aguardar a possibilidade de a IGF responder positivamente ao pedido para efectuar esta averiguação, com a vantagem de não trazer custos para a autarquia mas também com a desvantagem de se ficar sujeito a alguma demora.

Comentando esta informação, José Ferreira (PSD) afirmou que entidades como a Deloyte e outras poderiam fazer isto.

João Martins (CDS) perguntou ao Presidente da Junta se vão convidar membros da assembleia para participar no passeio do idoso, tendo este respondido que não sabe, só se sabendo que o passeio será a Sintra mas estando ainda tudo para organizar e que as inscrições só serão abertas em Agosto.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelas vinte e três horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta que depois de aprovada irá ser assinada.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,

Melchior

O 1º secretário de Mesa da Assembleia de Freguesia,

António Francisco Pereira

A 2ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia,

Ana Paula dos Reis e Carlos Henrique de Silva